

# **EJA COMO ESPAÇO DE DIZER(-SE): UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO GÊNERO TEXTUAL AUTOBIOGRAFIA DE UM ESTUDANTE DE ESCOLA PRISIONAL PERNAMBUCANA**

Dayvesson Deleon Bezerra da Silva<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Este trabalho de pesquisa filia-se à teoria da Análise de Discurso de linha francesa, desenvolvida pelo filósofo Michel Pêcheux (AD), e teve como objetivo compreender o modo como os discursos de um estudante do gênero masculino, em situação de privação de liberdade, produz efeitos de sentido de culpa e de arrependimento ao construir narrativas sobre a sua própria vida. A ideia foi refletir acerca do discurso de culpa e arrependimento presentes no gênero textual autobiografia, produzido por estudante da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) Ensino Médio - que tem como condições de produção de seus discursos o cárcere, bem como aquilatar a importância da modalidade EJA na construção cidadã e intelectual para emancipação e construção da ressocialização desses sujeitos. A pesquisa, de abordagem qualitativa e de viés teórico- metodológico alinhado à AD, foi constituída a partir de uma produção textual autobiográfica que foi extraída, de forma aleatória, de uma coletânea de onze autobiografias produzidas por estudantes privados de liberdade. As discussões sugerem que o sujeito em situação de prisão é atravessado por um contexto de violência doméstica que constitui o seu 'lugar de memória' desde a tenra idade. O discurso de arrependimento, por sua vez, é constituído por interdiscursos religiosos que nos direcionam aos efeitos de sentido de mudança, no entanto, os nossos gestos analíticos também mostram que apesar de o contexto de violência doméstica ter sido uma constante na vida desse sujeito, este não se desfilia da formação discursiva (FD) machista e/ou patriarcal que o constitui.

**Palavras-chave:** EJA em prisões, Estudante privado de liberdade, Análise do discurso, Autobiografia.

## **INTRODUÇÃO**

A educação, por meio da reflexão contínua, pode transformar a realidade, libertando tanto indivíduos socialmente livres quanto aqueles em privação de liberdade. Ela amplia a consciência cidadã, promove a emancipação e facilita a reintegração social. Nesse sentido, é sabido que as práticas sociais que ocorrem nas unidades prisionais apoiam a construção cultural e social dos sujeitos, podendo a escola ser evidenciada, uma vez que se apresenta como uma agência regida por normas específicas, na qual os educandos exercitam a possibilidade de quebrar hierarquias, estabelecer relações de respeito e valorizar a forma de significar de cada um.

---

<sup>1</sup>Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); Professor da Universidade de Pernambuco (UPE); Coordenador do Polo de Apoio Presencial EaD UAB Gravatá-PE. dayvesson.deleon@upe.br

O contexto escolar e as práticas sociais promovem interações que melhoram a qualidade de vida, recompõem identidades, valorizam culturas marginalizadas e incentivam a (re)conquista da cidadania. Como afirma Santos (2017, p. 04), “a educação é uma pré-condição para a cidadania”, permitindo que estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em privação de liberdade sejam ressocializados e inseridos no mercado de trabalho.

Analisar a autobiografia de um sujeito privado de liberdade em uma escola prisional nos ajuda a entender como as condições de produção influenciam a produção discursiva, afetada pela memória, que serve como um subterfúgio para dissimular sua formação ideológica. Prawucki (2015, p. 159) observa que a construção de sentido envolve investigar mecanismos de produção relacionados às contradições históricas e ideológicas da sociedade.

Dar visibilidade a estudantes privados de liberdade e reconhecê-los como sujeitos ativos transforma a textualidade em uma arena de discursos conflitantes, desafiando sentidos historicamente estabilizados. Assim, esta pesquisa visa a compreender o modo como os discursos de um estudante do gênero masculino, em situação de privação de liberdade, produz efeitos de sentido de culpa e de arrependimento ao construir narrativas sobre a sua própria vida. “Ouvir” esse apenado por meio da autobiografia oferece uma oportunidade de intervenção política, discutindo as estruturas sociais que influenciam sua vida e promovendo novas formas de subjetividade e resistência.

Ao ressoar sua voz, fazemos com que esses ecos alcancem as instituições envolvidas na complexa estrutura na qual se encontra a educação em prisões. Isso nos faz lembrar, portanto, da afirmação de Gadet (1997). Ao ressaltar a singularidade da Análise do Discurso (AD) como disciplina, ele ressalta

[...] é que ela se apoia sobre o político. Ela nasce na crença em uma visão de intervenção política porque aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável” (Gadet, 1997, p. 8).

Portanto, também é de nosso interesse propor reflexões que dizem respeito ao fato de a população privada de liberdade ser preterida socialmente, analisando as suas formações discursivas e buscando compreender como estes sujeitos enxergam o mundo, assim como o modo como os seus discursos funcionam.

## **METODOLOGIA**

Buscamos nomes relacionados ao estudo utilizando os descritores "autobiografia", "presos" e "Pernambuco", mas não obtivemos resultados satisfatórios. O pesquisador então conversou com a Gerência de Políticas Educacionais de Jovens, Adultos e Idosos (GEJAI), que informou sobre uma coletânea de um projeto de Literatura em uma escola prisional de Pernambuco. Novas buscas com os descritores "detentos", "Pernambuco" e "autobiografias" no Google Acadêmico levaram à coletânea produzida por estudantes do sexo masculino, maiores de 18 anos, matriculados na EJA na Escola Estadual Paulo Freire, localizada nas dependências da Penitenciária Dr. Ênio Pessoa, Limoeiro-PE.

Foi selecionada 01 (uma) das 11 (onze) autobiografias para compor o corpus da pesquisa. Esses textos fazem parte de um projeto de Literatura desenvolvido em 2013, lançados em fevereiro de 2014 e estão disponíveis gratuitamente na plataforma *Google* desde 2016. A escolha da autobiografia foi aleatória, pois a pesquisa não possui uma perspectiva quantitativa, e sim qualitativa, conforme Minayo (2001), focando na análise discursiva da materialidade estudada.

O cenário de subjetividade e narrativas de sujeitos privados de liberdade justifica o uso da AD francesa como ferramenta essencial para a análise. Orlandi (2013a) destaca a importância de estabelecer uma relação consistente entre teoria, método e objeto de estudo. Através da Análise do Discurso é possível realizarmos dois tipos de análise na materialidade verbal estudada (o que este texto diz?, como ele diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que ele diz?). Nossos gestos analíticos foram organizados pela descrição e análise dos discursos, e os recortes discursivos geraram Sequências Discursivas (SDs) para compreender os efeitos de sentido, mantendo os nomes fictícios utilizados na coletânea. Mantivemos os mesmos nomes usados na coletânea, que já haviam sido alterados para fictícios pelo editor, uma vez que se trata de um documento de acesso público disponível na Web.

## **BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL**

A proposta de EJA no Brasil remonta à história do país, começando em 1549, durante o período colonial. A primeira escola elementar, criada pelos jesuítas em Salvador, tinha como objetivos atender os filhos de portugueses e catequizar os índios, promovendo a disseminação da fé católica e da cultura portuguesa. Essa iniciativa marca o início da educação formal no Brasil, com um foco na religiosidade e nos costumes europeus.

O reconhecimento da educação como um direito de todos está presente na Constituição de 1946, nos Artigos 66 e 77, que determinam a oferta gratuita de ensino primário de forma supletiva para adolescentes e adultos, com disciplinas curriculares obrigatórias e duração de dois anos. Essa base legal foi fundamental para legitimar a educação de jovens e adultos, estabelecendo direitos educacionais que visavam ampliar o acesso à formação.

A EJA foi formalmente instituída como modalidade de ensino no Brasil em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96. Essa legislação foi um marco para atender a demanda de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade escolar apropriada, reconhecendo a realidade de analfabetismo e baixa escolaridade que persiste no país.

### **A EJA nas Unidades Prisionais**

A EJA enfrenta diversos desafios, uma vez que seus estudantes apresentam problemas relacionados às condições precárias de vida - como moradia, saúde e emprego. Em contexto prisional, a EJA é garantida pela Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, que assegura a educação formal nos presídios, sob responsabilidade de Estados e Municípios, com o apoio da União. Para os presos em Pernambuco, essa Lei e a Resolução CEE/PE nº 02/2004 regulam a oferta da EJA, unindo o Aparelho Repressivo de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado à educação prisional.

Gadotti (2011) enfatiza que a EJA deve ser avaliada não apenas pelo rigor metodológico, mas também pelo impacto na qualidade de vida dos estudantes. A modalidade promove transformação social ao exigir pluralismo, tolerância e solidariedade entre todos, considerando suas diversas condições de vida.

A aprovação das Diretrizes Nacionais para a educação de jovens e adultos em estabelecimentos penais, em 2010, reforçou o direito à educação para encarcerados. Essa diretriz reconhece a importância da EJA como uma política essencial para inclusão social e prevenção da criminalidade nas prisões.

### **Análise do discurso de linha francesa**

Ancorados nos pressupostos da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, baseando-nos em Pêcheux (1997, 2010), Orlandi (1999, 2013), Leandro Ferreira (2015), Courtine (1981), Indursky (2011), Vinhas (2014) e Mariani (2016), buscamos construir um

dispositivo de análise para compreender o processo de produção de sentidos nas produções textuais que analisaremos.

Uma vez que os discursos são produzidos a partir de condições de produção específicas e assim produzem sentidos, achamos necessário apresentar algumas considerações sobre texto na AD francesa. De forma distinta à Linguística Textual – que entende texto e discurso como correspondentes, e considera o texto um todo significativo (os sentidos estão postos, cabendo ao receptor do texto a função de entendê-lo, sob o pressuposto de que a língua é transparente e os sentidos estão todos ali), em AD compreendemos a materialidade da qual podemos perceber o processo de construção dos sentidos, segundo Orlandi (2012, p. 87)

o texto não pode ser visto como uma unidade fechada pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginados), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) e com o que chamamos de exterioridade constitutiva, ou seja, o interdiscurso, a memória do dizer (o que fala antes, em outro lugar, independentemente).

O texto é compreendido como um espaço onde se efetiva o objeto teórico da AD — o discurso, sendo definido como um "objeto linguístico-histórico" (Orlandi, 1986). Essa abordagem da AD francesa se mostra adequada para este estudo, pois permite analisar o discurso como “efeito de sentido entre locutores”, fundamentando os diversos textos que circulam na sociedade. Assim, o papel do analista de discurso vai além da análise textual, buscando tornar visíveis os gestos de interpretação que contextualizam a discursividade, em vez de apenas interpretar os textos (Orlandi, 2012).

No contexto de privação de liberdade, os discursos dos sujeitos são moldados pela prisão, que atua como Aparelho Repressivo do Estado (ARE). Segundo Althusser (1974), a prisão opera principalmente pela violência e repressão, e, enquanto existem vários Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), há apenas um ARE sob domínio público. O ARE é um todo organizado, subordinado à política da luta de classes promovida pelos representantes das classes dominantes que detêm o poder estatal.

Segundo Vinhas (2014),

o discurso oficial [*ideologia dominante/ no nosso caso – justiça/Lei*] divulga que a prisão visa à ressocialização dos sujeitos, o que indica um esforço na direção de recrutá-los a se identificarem com a ideologia dominante e se tornarem sujeitos de direito. Contudo, observa-se na prisão uma reprodução da delinquência, o que provoca, discursivamente, o efeito contrário ao da ressocialização (Vinhas, 2014, p. 22; *grifo e colchetes meus*).

Diante disso, cabe-nos, enquanto analistas de discurso, refletir acerca do papel da prisão na sociedade, bem como, conforme Davis (2020, [1944]), da sua comprovada ineficácia. Para tanto, é necessário que se questione a *pseudo* ideia de segurança que a ideologia dominante tenta incutir na sociedade à medida que faz com que consideremos, por vezes, as prisões algo natural. Para Davis (2020),

esse é o trabalho ideológico que a prisão [*enquanto aparelho-repressivo [e também ideológico – uma vez que é regido pela justiça e suas Leis]*] realiza – ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global (Davis, 2020, p. 17; *grifo e colchetes meus*).

É cada vez mais evidente a necessidade da sociedade em castigar/punir, enquanto se esquivava da responsabilidade de se envolver nas questões da comunidade, sendo as prisões apenas uma das instituições com desafios complexos. Isso pode ocorrer porque a sociedade civil acredita que o sistema carcerário, “por ser uma manifestação sócio- histórica do castigo” (Chies, 2013, p. 19), reduz a criminalidade e “ressocializa” os apenados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na escolha das FDs, percebemos, inicialmente, a presença de duas formações discursivas antagônicas que constituem a maneira de posicionamento de cada sujeito frente às situações que os levaram à privação de liberdade. As Formações Discursivas dominantes (FD1) estão enraizadas nos discursos do Direito, Estado e religião, apresentando-se como autoritárias e com verdades absolutas, funcionando como Aparelho Ideológico/Repressivo do Estado. Em contrapartida, a Formação Discursiva da Criminalidade (FD2) abrange discursos que desafiam as regras das FDs dominantes.

A escolha das FDs 1 e 2 baseia-se na natureza dos testemunhos de sujeitos encarcerados, que vivem sob as regras coercitivas da prisão. Por estarem privados de liberdade, esses indivíduos podem ter se identificado com a FD da criminalidade em algum momento. Essa escolha foi fundamentada em gestos interpretativos anteriores e não se considera fixa ou imutável; conforme Pêcheux, o processo de interpelação permite deslocamentos e heterogeneidade, possibilitando contraidentificações.

Outra FD identificada é a FD machista e/ou patriarcal (FD3), que privilegia o homem em detrimento da mulher. Essa formação é presente na sociedade contemporânea

e traços do discurso machista são frequentemente encontrados nos testemunhos dos sujeitos analisados, cuja memória coletiva é influenciada pela dominação masculina.

Nesse cenário de contradição e tensão, diferentes saberes se cruzam, influenciando as maneiras de significar. A seguir, reproduziremos as SDs analisadas.

#### Quadro 1 - SDs analisadas

SD	AUTOR
<u>SD1 - Antes de tudo peço forças a Deus, e ao mesmo tempo agradeço a ele por ter me dado o dom de saber ler e escrever.</u>	<u>Walter</u>
<u>SD2 - Aos quatro anos de idade, uma terrível fatalidade aconteceu. O meu pai Jenaiuton matou a minha mãe Wanda. Não sei se ele foi pela cabeça dos outros, ou agiu por si próprio. Só sei que ele amava muito a minha mãe, e tinha três filhos com ela, Rosecleide a mais velha, Roselaine a do meio e eu Walter o caçula</u>	<u>Walter</u>
<u>SD3 - Mas na realidade ele já vivia separado da minha mãe, só que o meu pai não aceitava o fim daquele relacionamento [...] No último dia do ano 1989 ela não teve o que fazer e passou com um homem abraçada na frente do meu pai ... Qual seria a reação de qualquer um homem vendo a sua amada passando na sua frente com outra pessoa que não fosse você? O meu pai não teve demora. Puxou uma faca da cintura e deu três facadas nela. Ela não resistiu. O safado que estava com ela deu uma carreira que nem bala pegava[...]</u>	<u>Walter</u>
<u>SD4 – Mas a vida é sofrida;</u>	<u>Walter</u>
<u>SD5 – Mas sempre que estou de bem com o mundo, algum empecilho tenta impedir a minha vida;</u>	<u>Walter</u>
<u>SD6 – Mas o destino novamente não queria ver a minha felicidade</u>	<u>Walter</u>

**Fonte:** Elaboração do autor.

A autobiografia em questão revela a posição social e discursiva do sujeito em relação aos crimes que cometeu, expressando arrependimento, culpa ou até apatia. No testemunho de Walter, destaca-se o discurso religioso, que aparece logo no início, quando ele atribui ao destino a culpa por sua criminalidade: “Antes de tudo peço forças a Deus, e ao mesmo tempo agradeço a ele por ter me dado o dom de saber ler e escrever.” O sujeito oculto é Walter, moldado por uma infância em um contexto de violência doméstica.

Usando paráfrases, conforme Orlandi, no enunciado “Antes de tudo peço forças a Deus”, observamos a dor e o sofrimento que antecedem a expressão de experiências difíceis. O discurso religioso atua como um alicerce, ajudando a tornar menos traumático o retorno a essas lembranças. Pêcheux (1983 [1999]) afirma que a memória discursiva restabelece os “implícitos” necessários para a compreensão do texto.

No testemunho de ‘Walter’, evidencia-se o contexto de violência ao qual ele foi exposto desde cedo, como observado na SD2: “Aos quatro anos de idade, uma terrível



fatalidade aconteceu. O meu pai Jenaiuton matou a minha mãe Wanda.” ‘Walter’ afirma que seu pai amava sua mãe, trazendo à tona uma lógica inversa ao amor. Segundo Aquino (2015), esse amor é uma “expressão perversa de dominação masculina” enraizada na cultura brasileira, onde os crimes são motivados por ódio, desprezo ou a perda da propriedade sobre as mulheres.

Na SD2, a estrutura concessiva “só sei que” revela um discurso conservador patriarcal (FD3): “meu pai matou minha mãe por amor”. Isso sugere que, por amar muito a mãe, a ação de matar é vista como aceitável. Assim, o pai de Walter parece estar isento de culpa, uma vez que essa atitude é compreendida dentro da formação discursiva dominante à qual pertence.

Identificamos, em ‘Walter’, uma FD machista e/ou patriarcal, conforme SD3: "Mas na realidade ele já vivia separado da minha mãe, só que o meu pai não aceitava o fim daquele relacionamento [...] No último dia do ano de 1989, ela não teve o que fazer e passou com um homem abraçada na frente do meu pai [...]" As expressões "ela não teve o que fazer" e "qual seria a reação de qualquer um homem" sugerem que a mãe de Walter estava errada ao estar com outro homem, mesmo solteira, e que a reação do pai, ao agredi-la com uma faca, foi correta. O discurso insinua que essa é a atitude esperada de qualquer homem ao ver sua “amada” acompanhada por outro. Assim, a partir da paráfrase, concluímos que, na visão de Walter, era óbvio que seu pai mataria a ex-esposa ao vê-la com outro homem.

Notamos que, mesmo separado de sua mãe, o pai de Walter não aceita o fim do relacionamento, uma conduta naturalizada por Walter em seu discurso, indicando sua identificação com a FD machista (FD3). Essa atitude é normalizada entre sujeitos vinculados a essa formação discursiva, que se sentem no direito de manter domínio sobre a parte considerada dominada. Em SD3, a concessão “só que” revela que, embora a separação já estivesse estabelecida, o pai não a aceita, ignorando o desejo da ex-esposa. Como afirma Drumont (1980, p. 81), o machismo é “um sistema de representações simbólicas que mistifica as relações de dominação entre homens e mulheres”, resultado de uma sociedade criada por e para homens, onde as mulheres ocupam papéis subalternos.

Para Drumont (1980)

Ao apropriar-se da realidade sexual, o machismo, em seu efeito de mistificação, supercodifica a representação de uma relação de poder (papéis sexuais, símbolos, imagens, representações eróticas, instituições sexuais, etc.) produzindo “duas linguagens”: uma masculina e uma feminina. Nesta produção-reprodução de papéis, códigos, representações sexuais há produção do espaço aberto, no sentido dado à expressão “corpo sem órgão” por Guattari e Deleuze (6) da extorsão do



prazer, do sentido, do poder, do objeto, etc., onde se reproduzem as próprias condições de subordinação da mulher (Drumont 1980, p. 82).

Na SD2, a posição-sujeito machista e patriarcal de ‘Walter’ é evidente ao se referir ao homem que acompanhava sua mãe como “o safado que estava com ela”. O uso do adjetivo "safado" aponta para uma caracterização negativa desse indivíduo, atribuindo-lhe culpa por estar com a mãe de Walter durante o crime. Para ele, o "safado" é o companheiro da mãe, e não o pai que a matou. Assim, nossos gestos interpretativos revelam a filiação de ‘Walter’ à FD3.

Quanto aos discursos de culpa e/ou arrependimento, os nossos gestos interpretativos apontam para uma culpabilização do destino, ou seja, ‘Walter’ em seu testemunho, coloca-se como vítima do destino, conforme observamos nas SD3 - Mas o destino foi tão cruel comigo e as minhas irmãs que depois de dois anos a morte veio e carregou o meu pai. Ele tinha um marca-passo no coração, porém não podia tratar-se em nenhum hospital, porque era foragido e seria preso; SD4 – Mas a vida é sofrida; SD5 – Mas sempre que estou de bem com o mundo, algum empecilho tenta impedir a minha vida; SD6 – Mas o destino novamente não queria ver a minha felicidade – nas SDs 3, 4, 5 e 6 observamos o uso da conjunção “Mas”, termo largamente utilizado em língua portuguesa com a finalidade de oposição ao que fora dito anteriormente, ou seja, ‘Walter’, ao assumir a posição-sujeito vítima, esquivava-se da culpa e a atribuiu à vida/destino, eximindo-se da mesma. Em outras palavras, ‘Walter’ assume um lugar de (des)culpa à medida que atribuiu a circunstâncias variadas o curso da sua vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta pesquisa, discutimos aspectos essenciais da AD e da constituição de seu aparato teórico-metodológico, destacando, por meio do corpus e das análises realizadas, reflexões sobre os discursos retomados, via interdiscurso, na produção textual de um sujeito em privação de liberdade. Investigamos até que ponto essa produção pode servir como um subterfúgio para dissimular sua formação ideológica. O objetivo é compreender como os discursos de estudantes do gênero masculino, em situação de privação de liberdade, geram efeitos de sentido de culpa e arrependimento ao construírem narrativas sobre suas vidas.

Dessa forma, não objetivamos estabelecer uma via de interpretação unívoca para as análises, pois entendemos que outras reflexões podem ser geradas a partir da mesma materialidade discursiva, tendo em vista que os sentidos não se fecham, tampouco se

encerram.

A análise da discursividade na autobiografia mobiliza memórias, repertórios sócio-históricos e filiações ideológicas. Essa materialidade significativa, representada pelo testemunho, exige reflexão sobre sua condição de produção e potencializa uma rede de memórias, permitindo atravessamentos. O movimento parafrástico possibilita uma relação polissêmica de dizeres, revelando que os discursos religioso e social estão frequentemente presentes.

O discurso religioso atua como alicerce, suavizando o retorno a lembranças da infância marcadas pela violência. A Deus é confiado o papel de força e misericórdia, mitigando a dor das experiências passadas.

Além disso, ao refletir sobre os crimes cometidos, o sujeito privado de liberdade expressa arrependimento, atravessado pelo discurso cristão, que emerge da conversão religiosa. Ao se autodeclarar arrependido e convertido, evidencia-se um padrão do discurso evangélico: o arrependimento leva ao reconhecimento de Deus como salvador, resultando em perdão e a inscrição em uma nova identidade como “novo homem”.

No testemunho analisado, identificamos marcas de violência doméstica que o sujeito sofreu desde a infância, influenciando sua inserção no mundo da criminalidade. A culpa pelos crimes cometidos é frequentemente atribuída a fatores externos, com pouca autoculpabilização.

Nossas análises sugerem que o sujeito, afetado pelo real da língua e da história, utiliza suas produções escritas como um subterfúgio para dissimular sua formação ideológica. Embora a violência doméstica tenha sido reconhecida como algo negativo, ele ainda se insere na formação discursiva machista e patriarcal. Assim, mesmo relatando agressões, não há uma transformação significativa nessa formação discursiva. Dito de outra forma, muitas vezes, de forma parafrástica, é relatado um discurso que anteriormente já fora alvo de crítica por parte desse próprio sujeito.

Observamos também um discurso de (DES)culpa, onde, apesar de mencionar arrependimento, não há a presença da culpa pelos atos cometidos. O arrependimento é mais relacionado à privação de liberdade do que à admissão de erros, caracterizando-se pela ausência de culpa na materialidade analisada.

## **REFERÊNCIAS**

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1974 (título original: *Idéologie et appareils idéologiques d'État*, 1970).

AQUINO, Quelen Brondani de; KONTZE, Karine Brondani. **O feminicídio como tentativa de coibir a violência de gênero**. Anais da semana acadêmica: Fadisma Entrementes. ed. 12. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 2000**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 29 set. 2022.

COURTINE, J. J. Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens. In.: Langages, 62, 1981.

CHIES, L. A. B. **A questão penitenciária**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 25, n. 1, p. 15-36, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/8xfHtHmshtcCyfjWc9RzbNj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2022.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** 7ª ed. - Rio de Janeiro: Difel, 2020.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo** – Perspectivas, São Paulo, SP, 3: 81-85, 1980.

GADET, F. Prefácio. [Trad.] Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. [Trad.] Bethânia S. Mariani et.al 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.) **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INDURSKY, F. **A memória da cena do discurso**. In: MITTMANN, S. FERREIRA, M. (org). Memória e história na/da análise do discurso. São Paulo: Ed. Mercado de letras, 2011.

LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.) **Oficinas de análise do discurso: conceitos em movimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

MARIANI, B. S. C. **Testemunho: um acontecimento na estrutura**. Desenredo, Passo Fundo, v. 12, nº1, 48-63, jan./jun. 2016.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORLANDI, E. P. **A análise de discurso: algumas observações**. *D.E.L.T.A.*, v.2, n. 1, p. 105-126, 1986.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: **Os Silêncios da Memória**. In: ACHARD, P. et al. Papel da Memória. Tradução e introdução de J.H. Nunes. Campinas, Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4ª edição, Pontes Editores, Campinas, SP, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios & procedimentos**. 11. Ed. São Paulo: Pontes, 2013a.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 1983 [2002].

PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões, deslocamentos.** Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 317.

PÊCHEUX, M. (1969-2010) **A análise de discurso: três épocas (1983)** In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

PRAWUCKI, R. **“A população ultimamente está fazendo uma corrida apressada atrás da magreza”:** uma escuta discursiva da escrita tecida por adolescentes sobre as relações entre corpo, mídia e sociedade. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina, *Oficinas de análise do Discurso: conceitos em movimento.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p.159 a 174.

SANTOS, Maria Candeias; COSTA, Patrícia Lessa Santos; MAGALHÃES, Maria Costa. **Reflexões sobre currículo da EJA prisional.** 3º Seminário Internacional de Educação de Jovens e Adultos em Prisões. GT08 – Pesquisa e extensão universitárias, sociedade civil e prisões. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

VINHAS, Luciana Iost. **Discurso, corpo e linguagem: Processos de subjetivação no cárcere feminino.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2014.